



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

ATA DE REUNIÃO 2020

Ata da Quarta Reunião do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau, realizada no dia 08 de setembro de 2020, às 14 horas, na Sala de Reunião Virtual.

1. PARTICIPANTES

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro - Juíza do Trabalho Substituta
Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15a VT de Recife
Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03a Vara de Caruaru
Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência do TRT6
Leandro Fernandez Teixeira - Juiz do Trabalho Substituto
Letícia Fernandes Duarte – Diretora de Secretaria da 01a VT de Jaboatão dos Guararapes
Patrilene Hermenegildo Virginio do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1a VT de Recife
Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1a VT de Barreiros
Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6
Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6
José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2a VT de Paulista
Patrícia Franco Trajano - Juíza Titular do Trabalho da 3a VT de Olinda
Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3a VT de Caruaru
Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da Vara de Belo Jardim
André Pessoa de Carvalho - Diretor da 12a VT de Recife

2. ANÁLISE E DELIBERAÇÕES

Pauta 1 – divulgação das reuniões do Comitê.

Às 14:17h iniciou-se a reunião, tendo a palavra Dra. Katia Keitiane da Rocha Porter, a qual parabenizou os novos Juízes Titulares, passando, de logo, a palavra à Dra. Patrícia Trajano a fim de expor suas ideias quanto à divulgação das reuniões do Comitê, conforme relatou em e-mail enviado a seus membros, para discussão em mesa.

Pontuou a importância dessa divulgação para os servidores do Regional, vez que seria uma oportunidade de receber sugestões de pauta, que são de interesse de todos.

No tocante ao tema, Henrique Beça justificou a falta de divulgação em virtude do prazo exíguo quando da marcação. Dra. Patrícia Trajano, por sua vez, sugeriu um calendário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

de divulgação, sendo o mesmo publicado, semestral ou anualmente, ou mesmo por mandato.

Com a palavra Elisabete, a qual esclareceu que há uma divulgação interna das deliberações do Comitê, visto que as atas ficam disponíveis na intranet.

Dito isto, Dra. Kátia propôs que esta divulgação seja feita, ao menos, com três semanas de antecedência, a fim de que haja tempo hábil para os servidores apresentarem sugestões para a pauta, que poderiam entregar até uma semana antes da data designada para a reunião.

Com a palavra, Dra. Ana Freitas, que sugeriu um calendário anual, para evitar incompatibilidade de agenda entre os membros do Comitê. Que, me havendo 3 (três) a 4 (quatro) reuniões por ano, a publicação do calendário não seria descartada. A sugestão foi acatada por todos os membros, que decidiu pela divulgação anual da pauta, com periodicidade bimestral para realização das reuniões, cujo prazo é razoável para o acompanhamento e análise dos acontecimentos. Foi ressaltado pelo Comitê que poderá haver convocações extraordinárias, a depender dos fatos, já que estamos num momento excepcional, de Pandemia e retorno aos trabalhos presenciais.

Análise das propostas da Dra. Patrícia Trajano. Foi determinado que um servidor ficaria responsável pela divulgação, com diálogo direto com o Setor de Comunicação do Tribunal. Elisabete informou que o referido Setor tem recursos para disponibilizar qualquer tipo de divulgação, sendo suficiente o envio de um e-mail ao setor.

Para tanto, ficou designado como responsável o servidor Henrique Beça, o qual, na oportunidade, se colocou à disposição para fazê-lo, tendo a concordância de todos, restando importante salientar que, além da divulgação do calendário, seria mister a solicitação de sugestões de pauta.

Pauta 2 – Retorno aos trabalhos presenciais.

Com a palavra Dra. Kátia Keitiane, a qual indagou Dr. Saulo Bosco acerca dos pontos a serem abordados no Ato, a ser publicado naquela data, quanto ao protocolo de retorno aos trabalhos presenciais.

Dr. Saulo relatou que teremos 4 (quatro) fases, com trabalhos presenciais apenas interno, sem atendimento ao público, o qual permanecerá sendo atendido via e-mail e telefone. O Regional foi dividido em 14 (quatorze) Geres, a fim de melhor acompanhar os números da Pandemia. Manteve os grupos de risco em trabalho remoto; volta ao trabalho dos Oficiais de Justiça que estão fora do grupo de risco, a ser regulamentado pelo Juiz coordenador do NDMJ; o Teletrabalho será priorizado, deixando a cargo dos gestores a sua ampliação e/ou manutenção; prevê, ainda, o Ato, as regras e itens de segurança (EPI'S), seguindo o Protocolo do Governo do Estado, além de outras determinações a serem divulgadas quando da efetiva publicação do Ato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Ainda com a palavra, Dr. Saulo expôs alguns pontos das 4(quatro) fases de retorno.

Inicialmente, na 1ª fase, iniciando-se no dia 14/09 até 30/09, a depender dos números da Covid, com apenas 30% dos servidores aptos, com expediente das 09h às 13h (Capital e RMR) e 08h às 12h (Interior), ressaltando o complemento da jornada via trabalho remoto.

A 2ª fase iniciará a partir do dia 01/10 até 19/12, com retorno de 50% dos servidores aptos, sem atendimento ao público, com horário das 09 às 13h, como na fase 01, estando o acesso ao Fórum restrito àqueles participantes das audiências, as quais deverão ter intervalo de 01 hora cada. No caso das Varas do Recife, haverá um rodízio entre as Varas pares e ímpares, as quais farão audiência de forma alternada. As entregas de documentos, como CTPS, e mídias, deverão ser agendadas previamente, para entrega nos Fóruns, a critério do gestor.

Ressaltou que, no tocante aos servidores do grupo de risco, caberá aos gestores analisar os casos e dar orientação para que os servidores enviem, ao Setor de Saúde do Tribunal, via Proad, os documentos comprobatórios da condição de risco.

O Cejsuc ficará a cargo de seus coordenadores.

No mais, pontou Dr. Saulo, que as normas são gerais e aplicadas, também, nas fases 3 e 4, havendo apenas a redução dos intervalos entre as audiências, que será de 45 minutos, mas ressaltou que não há data prevista para o retorno de 100% do quadro, a depender das autoridades sanitárias e governamentais quanto ao controle da Covid e vacina, número de casos.

Pontuou, ainda, Dr. Saulo que os atos anteriores não foram revogados, mas complementados, já que a forma de trabalho será híbrida, ou seja, parte presencial e parte remota. Ressalvou, ainda, o papel do Comitê quando houver o efetivo retorno, frisando os fatos e as dificuldades das unidades, as quais demandarão a atuação do Comitê de priorização do 01º Grau.

Com a palavra André Pessoa, concordou com Dr. Saulo, no sentido de observarmos os acontecimentos, ou seja, quanto aos números de casos, se em aumento ou não.

Dr. Saulo sugeriu, ainda, uma reunião logo após o retorno dos trabalhos presenciais, para levantamento dos dados, o que poderá ser alterado via Ato pela Presidência do Regional.

Após várias sugestões, e com a concordância de todos os membros, ficou definida a data para a próxima reunião do Comitê, a ser realizada no 09 de novembro de 2020, às 14h, na forma on line.

Dra. Kátia frisou a importância da divulgação da data, como estabelecido em ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro
Grau de Jurisdição e do Orçamento de Primeiro Grau

Por fim, Dra. Laura Botelho pediu a palavra para pontuar o reconhecimento dos trabalhos dos servidores e Magistrados, no atingimento da Metam 2 do CNJ, segundo relato do Desembargador Dr. Fábio Farias.

Encerrados os trabalhos, com a anuência de seus membros.

Os participantes, identificados a seguir, aprovam e assinam eletronicamente a respectiva ata.

Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro - Juíza do Trabalho Substituta

Ana Maria Aparecida de Freitas - Juíza Titular do Trabalho da 15a VT de Recife

Katia Keitiane da Rocha Porter – Juíza Titular do Trabalho da 03a Vara de Caruaru

Saulo Bosco Souza de Medeiros - Juiz Auxiliar da Presidência do TRT6

Leandro Fernandez Teixeira - Juiz do Trabalho Substituto

Letícia Fernandes Duarte – Diretora de Secretaria da 01a VT de Jaboatão dos Guararapes

Patrilene Hermenegildo Virginio do Nascimento - Diretora de Secretaria da 1a VT de Recife

Maria da Conceição Menezes Gomes - Diretora de Secretaria da 1a VT de Barreiros

Laura Cavalcanti de Moraes Botelho – Juíza Presidente da Amatra6

Elisabete Duarte de Sousa Alves - Coordenadora de Gestão Estratégica TRT6

José Paulo Ferreira - Diretor de Secretaria da 2a VT de Paulista

Patrícia Franco Trajano - Juíza Titular do Trabalho da 3a VT de Olinda

Henrique Beça Gibson - Diretor de Secretaria da 3a VT de Caruaru

Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana - Diretora da Vara de Belo Jardim

André Pessoa de Carvalho - Diretor da 12a VT de Recife